

# SOB A SOMBRA DE MAQUIAVEL: operacionalidade política colonial portuguesa, esboço para um estudo maior

*Under Machiavelli's shadow: Portuguese colonial political operability, sketch for a larger study*

Samuel S. da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Esse artigo busca compreender as várias *nuances* em torno do pensamento político de Nicolau Maquiavel sob um viés diferenciado. A propósito de esclarecer que o mito do maquiavelismo, que aponta para Maquiavel como o formulador original da política moderna, não possui correspondente no real-histórico. Consistindo, por outro lado, em uma fantasia *hazazélica*, enraizada numa memória de longa duração disposta a não reconhecer a responsabilidade de suas ações, recorrendo para tanto à mitologia maquiaveliana numa tentativa de desviar as atenções de sua nudez exposta e escancarada pelo pensador italiano. A velha e moderna Europa, por outro lado, através de exercícios políticos efetivos construiu uma mentalidade política voltada, a despeito de sua mitologia maquiaveliana, para uma devoção ao concreto, que, não conjecturando, mas debruçando-se sobre táticas que funcionem, e resultem no sucesso tribal-continental imediato. Mesmo não estando sob a égide do suposto pensamento maquiaveliano, o *pensamento e ação política transatlânticos* de modo algum se omitem de suas raízes europeias, sendo importados e cravados no continente americano que desde o momento inicial da colonização desbrava, apossando-se de tudo e todos, absolutamente conscientes, de certo modo, de sua superioridade ideológica, militar, política e supremacia de seus deuses em detrimentos das deidades e conjunturas dos povos conquistados.

**Palavras-chave:** Europa, Maquiavel, política

---

<sup>1</sup> É Graduado (UFT) e Mestre (UFMA) em História, doutorando no Programa de Pós-Praduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), História e Conexões Atlânticas, na linha poderes, com ênfase em Maquiavel, Bodin, pensamento político e mentalidade política europeia. Atualmente é residente no TO/Brasil. Contatos: 55 (63) 981380810 – e-mail: samuelsimaodasilva@gmail.com

## ABSTRACT

This article seeks to understand the various nuances surrounding Nicolaus Machiavelli's political thought from a different perspective. The purpose is to clarify that the myth of Machiavellianism that points to Machiavelli as the original formulator of modern politics has no correspondent in real-history. Consisting, on the other hand, of a hazazélica fantasy, rooted in a memory of long duration disposed not to recognize the responsibility of his actions, resorting to Machiavellian mythology in an attempt to divert attention from the nakedness exposed and made public by the Italian thinker. Old and modern Europe, on the other hand, through effective political exercises, built a political mentality that, despite its Machiavellian mythology, is devoted to the concrete, not conjecturing, but focusing on tactics that work, and result in immediate tribal-continental success. Even if not under the aegis of the supposed Machiavellian thought, the transatlantic political thought and action in no way omits its European roots, being imported and embedded in the American continent that since the initial moment of colonization has been unraveling, taking possession of everything and everyone, absolutely aware, in a way, of its ideological, military and political superiority and the supremacy of its gods over the deities and circumstances of the conquered peoples.

**Keywords:** Europe, Machiavelli, politics

## Introdução

Os séculos XV e XVI estão marcados por acontecimentos que definitivamente abalaram as estruturas do mundo de então, ao expandir as fronteiras europeias como nenhum outro império o fez antes na história, provocando uma revolução devastadora, tanto na cultura europeia, como nos povos conquistados nas terras colonizadas nessa etapa. Não é exagero, e não é gratuito estilisticamente que uso aqui o conceito de revolução, mas no seu mais claro significado de uma viragem total e completa entre as civilizações envolvidas nesse fenômeno. Ainda hoje seus efeitos são e estão tão presentes em nosso modelo de civilidade, cravado em nosso ideário social, político e fantástico que de certa forma incapacita-nos de uma leitura do real presente e passado memorial, se não por um viés eurocêntrico.

Um fenômeno parecido, mas não (creio eu) comparável, está na história europeia em sua antiguidade recente, através de Roma. Tamanho foi o impacto daquela civilização que não podemos se não ficarmos estarecidos ou pelo menos dispostos a concordar e verificar que a expansão europeia dos séculos XV e XVI parece retomar o espírito romano de conquista de modo mais amplo e violento. A aniquilação dos povos ameríndios pela truculenta força militar europeia, e as pestes que os acompanhavam, como um cortejo de morte, não só possibilitou a extinção de vários povos americanos, como promoveu por meio da, não menos violenta, ideologia católica, uma aculturação dessas populações, incinerando-as e provocando uma bizarra amálgama entre o ideário cristão e as crenças

desses povos. A violência que esses povos americanos tiveram que enfrentar não foi uma fatalidade, no sentido de que era algo improvável, pois esse modelo de colonização correspondia ao *modus operandi* europeu. Sobre os romanos, Montesquieu lembrava que estes “conquistaram tudo para destruir”. Evitando anacronismos, Roma a seu tempo construiu sua magnificência e grandeza estabelecendo-se sobre aquilo que estava em sua própria natureza bélica, “o saque, o tributo e os escravos eram os objetivos centrais do engrandecimento, tanto meios como finalidades para a expansão colonial” (ANDERSON, 1994, p. 28). Sem perder o estilo e efeito dramático aqui nessa sentença de Perry Anderson, poderíamos aplicar o mesmo argumento ao fenômeno de expansão europeia ocorrido entre os séculos XV e XVI que resultou na conquista do continente que então já era denominado Americano, e ao comércio de escravos ocorridos no mesmo período, com pessoas que eram arrancadas do continente africano para a América, muitas das quais nem mesmo conseguiam completar a travessia tamanha era a violência que envolvia a captura e transporte dessas pessoas para as colônias americanas (REDIKER, 2011, p. 13).

A colonização ocorrida a leste do cone sul pelos portugueses evidentemente não seria uma exceção a essa regra. A mentalidade do colonizador português ao desembarcar no continente é a de um homem que não carrega os entraves da mentalidade medieval voltada em seu conjunto mais amplo para a contemplação. O homem moderno europeu, em uma abordagem generalizante, está voltado para a *práxis* (*homo faber*). O paradigma medieval que estava ruindo após as fronteiras do conhecimento começarem ser violadas, escapando ao monopólio da Igreja, gerando uma anomalia sistêmica não comparável culturalmente, pois a Europa não se tornou do dia para noite uma civilização voltada, em sua integralidade, sedenta pelo conhecimento, a mentalidade cristã a acompanhava, mas ressignificada pela Reforma, e pelas descobertas no campo do pensamento técnico e científico.

O fortalecimento da burguesia mercantil é, de certo modo, o pivô e epicentro dessas transformações, que, já incomodada com os entraves de uma aristocracia parasitária de um lado e do clero de outro, precisava com base em novos valores lançar os fundamentos de uma plataforma divergente da Europa contemporânea. O engessamento, de certa forma, da Igreja foi um dos principais fatores de sua decadência, abrindo e alimentando o espaço para as críticas e apelos por reformas que seriam responsáveis pela conseqüente individualização da fé. A igreja não deixaria de reagir, e a contra-Reforma foi, por outro lado, o modo de demonstrar seu descontentamento desenvolvendo uma política militante que não deixará de deixar suas marcas nas colônias espanhola e portuguesa, principalmente.

Conhecer esse processo de transformação ocorrido nesse período de modo a desanuviar as razões e o significado da colonização para o europeu pode ser uma direção plausível. A matriz mais íntima do pensamento político europeu, a mentalidade cristã católica, o modelo romano, como inspiração das transformações injetadas pelos humanistas italianos. É possível e necessário incluir o pensamento de Maquiavel nessa discussão, o melhor dizendo, o que tem Maquiavel a ver com isso?

## 1 Renascimento científico e mentalidade europeia

A escola de Atenas de Rafael Sanzio é sem dúvida uma das obras mais celebradas do Renascimento Italiano que servirá de modelo para a Europa do século XVI. Nesse afresco estão dispostos, como em um palco, algumas das mais brilhantes mentes da Grécia clássica, distribuídas como protagonistas no processo de desenvolvimento do pensamento humano. Uma demonstração de talento e perspectivas únicas, além de uma homenagem à cultura grega. A centralização de Platão e Aristóteles na obra demonstra não só o apressamento pela filosofia desses filósofos da antiguidade grega, mas revela um debate que persiste deste a Grécia antiga até os nossos dias. A dualidade entre o céu e a terra, a luz e a escuridão, a vida contemplativa e a prática concreta da vida diária. Na obra é possível verificar Platão à esquerda apontando para o céu, em uma referência clara a sua teoria das ideias e ao seu lado está o jovem Aristóteles que em oposição aponta em outra direção, à terra, ou vida material, tangível, com suas formas e sensações reais palpáveis e classificáveis, podendo desse modo ser transformadas por meio da interferência direta do homem.

Durante o Renascimento, supondo que tenha acontecido um, o pensamento greco-romano desponta como central para as formulações do período. O período moderno tenta imaginar-se como herdeiro dessas culturas, crendo estar mais próximo deste do que a temporada logo imediata, o medieval. Não há, no entanto, uma ruptura real, algo no sentido de uma descontinuidade em relação ao período medieval. “É uma ilusão”, segundo Delumeau, “procurar uma ruptura clara na trama contínua do tempo” (DELUMEAU, 2011, p. 7).

Como acontece após a recuperação da enfermidade, com a saúde plena tendemos a esquecer os momentos que precederam o salutar vigor. A modernidade tenta em vão desvincular-se da idade média. Apesar de ser observado como mero precursor de uma era de brilhantismo, a idade média guarda em seu seio todo o brilho de um Agostinho, dono de uma argúcia filosófica capaz de empalidecer a arrogância de seus herdeiros modernos. A própria Divina Comédia de Dante pode ser e deve ser observada como uma síntese, em termos filosóficos e teológicos, da Suma Teológica de Tomás de Aquino, mesmo que em sua estrutura e estilo pegue de empréstimo de Virgílio e sua Eneida. Se a reforma foi uma forma de racionalização da fé, individualizando o acesso do crente às benesses divinas, seu mentor não deixara, ainda assim, de acreditar no sacrifício da missa, e seus principais defensores não deixam de recorrer à autoridade dos padres.

A descrença em uma continuidade não anula sua verdade. As crenças humanas podem se extinguir diante da ausência da fé do crente, mas o fato social e os aspectos físicos relacionados a sua transformação independem da crença. As forças que atuam nas transformações históricas, mobilizando o pensamento e irrompendo em revoluções, possuem sua própria consciência, essa ordem será, ao seu tempo, o que configurará os aspectos mais caros de um tempo e civilização.

Mesmo declarando-se órfãos, se verá que o período moderno é devedor da idade média, é um devedor mal pagador, por assim dizer, um não-órfão que se nega a reconhecer o seio materno que o nutriu. Nossas ideias, no entanto, não são entidades autógenas, e é com razão que Febvre enfatiza que “há uma genealogia, uma longa e necessária genealogia das ideias” (FEBVRE, 2009, p. 25), e é dentro dessas genealogias que Maquiavel se torna

possível, que é possível conceber a *Vênus* de um Sandro Botticelli ou a *Escola de Atenas* de Rafael, é nessa corrente que se enrijece os vários elos do pensamento reformista e as observações de Galileu. Esse domínio temporal não conseguiria isolar-se, mesmo se assim o quisesse. Para que os atores entrem em sena, é preciso que tenham o *script* e o palco já armado.

O que torna possível as descobertas científicas do período Renascentista, portanto, é esse acumulado de saberes humanos inseridos dentro de sua sociedade institucionalmente imaginada, penetrada e interseccionada pelas reminiscências temporais deixadas as margens ou não da sua história, agindo em íntimo pela polifonia de suas formas e crenças. A exemplo disso temos as técnicas de navegação aperfeiçoadas no período moderno que possibilitaram aos exploradores do período navegarem cada vez mais distantes, se arriscando mais e mais adentro do oceano Atlântico.

O Renascimento, pode-se dizer, ao seu modo, e não em oposição ao seu período anterior, foi marcado por vários avanços, desde a teoria política, as artes plásticas, e a formação de uma mentalidade mais presa as necessidades humanas imediatas. Assim temos Maquiavel que busca em seus antepassados (em tese) uma prática política que estivesse voltada para a efetividade das coisas e não para um conjunto de normas, sem correspondente a realidade humana. É o que podemos chamar de racionalização da prática política. Isso estava em pleno acordo com as camadas sociais que se destacavam no comércio nesse período. O aperfeiçoamento das técnicas náuticas do mesmo modo possuía um interesse prático econômico. As rotas comerciais terrestres, após a conquista de Constantinopla pelos Turcos, serão substituídas por rotas marítimas de custo mais vantajoso.

Os burgueses possuíam preocupações bem reais, ligadas aos interesses imediatos, às necessidades do comércio. Esses indivíduos estão *racionalizando* sua forma de viver e sua *práxis* social. *Racionalizar* aqui significa comunicar um sentido lógico e prático para as ações, sejam elas políticas, econômicas ou religiosas. Esse sentido é a justificativa apropriada capaz de ser respaldada pelas instituições vigentes ou pelo exemplo dos antigos, assim que, segundo Maquiavel, é dever do homem prudente escolher, dentre as más resoluções, a melhor.” (MAQUIAVEL, 2004, p. 83).

## 2 Violência política: o modelo Romano

O capítulo III do *Príncipe* de Maquiavel traz a máxima de como gerenciar as colônias que ofereçam dificuldades no trato com seu soberano, segundo ele, “Os homens devem ser mimados ou exterminados” (MAQUIAVEL, 2002, p. 122, a). A Demonstração de insubordinação colonial não deve ser tolerada pelo príncipe que busca apaziguar por outros meios àqueles que já demonstraram disposição para o conflito armado. Nessa direção, alerta ao príncipe que “não deve permitir um mal para evitar uma guerra, porque uma guerra não pode ser evitada, ela pode apenas ser adiada” (MAQUIAVEL, 2002, p. 128, a). Esse modelo de ação busca de imediato a resolução do dilema para o príncipe, que, caso não se posicione poderá perder o controle sobre a colônia, além de colocar

sua própria vida em risco. A consciência de que os homens agem de acordo com seus interesses é o que autoriza o príncipe tomar medidas que garantam a permanência da ordem. A violência imposta em busca da ordem, note-se, não é considerada um mal, mas como um modelo técnico de ação para contenção dos ânimos dos súditos caso estes não tenham compreendido seu papel em relação ao príncipe e seus domínios.

A racionalização da técnica política, ou a justiça de sua ação, é o que, em simultâneo, autoriza a disposição do príncipe, como também é o que o exime de culpa, o que proporciona a autonomia da ação em relação à moral estabelecida como regras sociais, não configurando-se um amoralismo, mas uma desvinculação do conjunto de normas sociais típicas do homem comum. A dinâmica política ganha um novo *status* de autogoverno e operacionalidade, por possuir seu próprio conjunto moral. Essa ética política, no que lhe concerne, está restrita ao ambiente do trato político, não de um vale-tudo, mas de uma classificação clara do que deve ou não ser praticado em política. Não se pode tolerar uma ação imoral na política, “ou reputar como virtude a matança dos concidadãos, a traição dos amigos, a ausência de fé, de piedade e de religião” (MAQUIAVEL, 2002, p. 158, a).

Desse modo, a truculenta ação militar romana sob Cartago, por exemplo, que resultou em sua aniquilação em 146 a.C., não deve ser observada como gratuita ou caótica, do ponto de vista político, mas como resultado de uma organização militar e política refinadamente organizada, disciplinada e racionalizada. Os romanos foram, por assim dizer, um dos grandes engenheiros da violência político-militar na antiguidade que ao contrário dos gregos decidiram levar a campo sua teoria política, possibilitando tornarem-se senhores do mundo (BEARD, 2017, p. 20-25).

A ação política, como recomenda Maquiavel, individualiza esta, tornando-a mais eficaz, já que não encontra obstáculos de qualquer outro gênero, mas possui como guia sua própria conceituação do bem e mal, do justo e injusto. Não é a contemplação que se visa mais sua eficácia, daí a necessidade de uma *práxis* política. A virtude da política está na execução efetiva de ações que busquem manter o estado em paz e segurança. Maquiavel reproduz o pensamento romano e observa suas ações, por meio da história, para delas apoderar-se e ressignificá-las. Antes então de suas máximas no *Príncipe*, que tanto escandalizaram seus concidadãos, Cícero já havia advertido, “a virtude afirma-se por completo, na prática, e seu melhor uso consiste em governar a república e converter em obras as palavras que se ouvem nas escolas” (CÍCERO, 2011, p. 12).

### 3 Contemplação e ação, *homem moderno*

O homem renascentista caminhava para mais autonomia, mas o percurso nem sempre é fácil, pois exige amadurecimento e tempo. Como uma criança, que ao mesmo tempo em que dá os primeiros passos não deixa de se encantar com o fenômeno, não se importa com eventuais tombos, pois a descoberta o absorve totalmente. As inúmeras contradições observadas nesse período não são, portanto, uma demonstração de descuido, mas, sim, a demonstração dos primeiros passos de uma nova mentalidade, de um novo modelo de racionalidade.



A definição da Renascença como um período inteiramente inverso ao período anterior imediato se deve em grande medida a Burckhardt. O homem do medievo, para ele, vivia envolto por um véu em estado de semivigília aguardando o momento da remoção desse véu de ingenuidade infantil, por assim dizer, possibilitando-o desvencilhar-se do seu caráter infantil apontando para uma compreensão de si, não mais como apenas membro de uma “raça, povo, partido, corporação, família ou sob qualquer outra das demais formas do coletivo” (BURCKHARDT, 2009, p. 145).

Essa autonomia do sujeito em relação ao seu grupo social o permite explorar-se mais em sua individualidade e potencialidades. É no período moderno que um Cesar Borgia se torna possível e que Da Vinci se insurge com toda uma personalidade que o destaca dentre outros. O indivíduo pode atribuir-se potencialidades. Na política surgem as noções do Estado como obra de arte, nas artes o elemento criador também está presente. Ligeiramente falando, observa-se um nível maior de consciências dos sujeitos e seu papel nos rumos da sociedade transformando essa a sua imagem e semelhança. Mesmo que a Europa do período se estarreça num primeiro momento com a descoberta do continente americano, fazendo-a questionar seu protagonismo no mundo, isso é momentâneo, e logo retoma a consciência de sua singularidade em detrimento dos povos encontrados, pondo-as em condição de servidão aos senhores do mundo e mestres dos mares. Desse modo, a Europa retoma sua centralidade política, social e cultural. Ora, o que é o *eurocentrismo* se não a manifestação da projeção continental desse individualismo que desponta com força nesse período?

A hipervalorização da cultura europeia em detrimento das demais é resultante desse estado de individuação que desponta, pela reforma religiosa, a conscientização da ação política com caráter próprio, e a arte como manifestação da individualidade e talento singular do artista. A Europa sente-se autorizada a disseminar-se e construir um mundo centralizado nos valores e crenças europeias, é o paradigma eurocêntrico.

Durante o período moderno surge (é preciso repetir) uma nova categoria de homem. Um ser voltado para a prática, para o empírico. Distanciando-se do confessionário aproxima-se cada vez mais do seu eu mais íntimo. É o nascimento do antropocentrismo que pretende opor-se ao modelo medieval. No entanto, todos os esforços no sentido de demonstrar esse distanciamento do paradigma imediatamente anterior desenvolve um salto em direção à antiguidade clássica, compondo-se herdeiro desse mundo, alegando e pretendendo reviver a glória da civilização clássica e deserdando-se do seu legado imediato, como um príncipe que recusa sua filiação a Europa moderna tornou-se adulta e dona do seu próprio destino.

#### 4 Ampliando as fronteiras “por mares nunca dantes navegados”

Segundo John Thornton, em seu estudo sobre *a África e os Africanos na formação do mundo Atlântico (1400 – 1800)*, “as navegações europeias no Atlântico durante o século XV iniciaram um novo e inaudito capítulo na história da humanidade” (THORNTON, 2004, p. 53). Verdade é que, a penetração europeia no Atlântico despontou-se provocando um

intenso fluxo de pessoas e produtos, tirando os povos encontrados e a própria Europa do isolamento cultural, gerando uma *transculturalidade* entre essas civilizações, em que pela força bélica e ideológica a Europa saiu em vantagem.

A expansão marítima estende as fronteiras europeias até aos confins, “por mares nunca dantes navegados” (CAMÕES, 2017, p. 27) cantara Camões. Essa empreitada europeia deixará marcas profundas em nossa história e no modo de pensar dos povos colonizados; e ao lado de Gibbon, que sentenciou sobre a ainda presente marca da influência romana no Ocidente, podemos com convicção afirmar que essa revolução será lembrada para sempre. Talvez não pelo evento propriamente dito, mas pelo seu caráter violento ao lidar com os povos colonizados, que foram marcados não só pelo ferro, mas ideologicamente em seus espíritos com as crenças de seus algozes. A mutilação da cultura dos povos ameríndios ainda hoje pode ser observada nas políticas sociais, religiosas que garantidamente ainda estão atuando no sentido de terminarem a hedionda tarefa eurocêntrica.

A sobrevivência do espírito romano pode ser sentida na própria abertura do poema de Camões, quando evoca não as musas, como faziam os poetas gregos Homero e Hesíodo, inicialmente, mas aos barões e as armas de deixando escapar desse modo sua intimidade com o poeta romano Virgílio e sua infiltração pela índole bélica daqueles de quem Virgílio é levado a exaltar em seu poema.

Ao evocar as armas e os Barões, Camões não só nos dá uma pista dos rumos de seu canto, mas também da disposição dos portugueses em sua empreitada. Assim como Virgílio, que ao seu tempo exalta a destruição dos povos latinos habitantes da península itálica, Camões, também, por seu turno, busca justificar as ações lusitanas pelo comando e proteção das divindades cristãs, e apela para que estas não se indignem ou se armem contra esse pequeno ser que já está atormentado por enganos terrestres e terrores marítimos (CAMÕES, 2017, p. 79).

O espírito aventureiro da Europa moderna se sintetiza na carta direcionada aos reis católicos por Colombo em 1503, “o mundo não é tão grande como diz o povo”. O aventureiro não só nos dá uma ideia do entusiasmo vivido no período pelas navegações, como retrata, por outro lado, a maneira como as descobertas foram gradativamente responsáveis pela fragmentação e enfraquecimento dos mitos europeus que confinava a Europa ao seu espaço vital, o mundo não era tão grande afinal. À medida que a Europa adentrava mais no grande mar, os contos e lendas, mitos e monstros eram deixados em seguida, deixando o espaço livre para o empreendimento das navegações e conquistas.

A partilha das terras descobertas fora organizada e legalizada por uma série de bulas autorizando as conquistas e garantido a posse destas, como, por exemplo, a bula *Inter coetera* que oferecia aos reis católicos o direito de posse sob as terras conquistadas, sob a ressalva de que estas não pertencessem a príncipes cristãos. (AQUINO, LEMOS, LOPES, 2008, p. 91)

Esse fato irá se repetir ao longo dos séculos posteriores, como segue o caso das bulas *Eximinae devotionis*, *Inter coetera* (04 de maio de 1493), *Dudum siquidem* e claro o *Tratado de Tordesilhas* (AQUINO, LEMOS, LOPES, 2008, p. 91) (que não é uma bula, mas um tratado, mesmo assim, cabe em nossa análise por estar diretamente relacionado as partilhas das terras descobertas), que como sabemos foi criado para solucionar arengas políticas entre Portugal e Espanha em relação às terras descobertas.



A partir desses pretextos os focos de conquista foram tornando-se comuns no continente Americano.

## 5 Da malícia do colonizador

O assalto ao continente americano constrói uma memória divergente aos povos conquistados. Essa memória artificial de longa duração é a narrativa do conquistador que se sobrepõe aos povos conquistados. Ao leste do continente americano no cone sul, os portugueses começam o processo de colonização cerca de 30 anos após o assalto, que se deu inicialmente pela exploração do pau-brasil, árvores típicas da mata atlântica a leste da colônia, hoje quase totalmente extinta.

As narrativas do colonizador, inicialmente carregadas de fantasia por seus mitos e credices, observam as terras conquistadas com um olhar totalmente eurocêntrico, e é daí que cria suas primeiras impressões da colônia. A presença de uma criatura fantástica no mapa, *Terra brasilis*, de Pedro Reinell e Lopo Homem (1519), é um exemplo do olhar quixotesco do colonizador.

O caso português é particularmente interessante. Na falta de eficácia da força militar, a Igreja surge com o auxílio necessário e executava o papel de adestrar e adocicar os nativos para o domínio do colono. Outro fato a se destacar é que as próprias missões exercem papel decisivo na ampliação das fronteiras da colônia (ALENCASTRO, 2000, p. 24).

Um pouco mais de três décadas da chegada dos portugueses uma nova política se instala visando fixar território ao mesmo tempo em que se aproveita das vantagens do comércio do açúcar. Portugal incentiva a criação de engenhos na colônia autorizando a compra e trânsito de escravos vindos da África, para inserção destes no trabalho nos canaviais da colônia. Essa política se mostra como extensão das várias tentativas de subordinar os nativos aos trabalhos compulsórios. A presença do negro africano na colônia encontra as mesmas justificativas eurocêntricas para o desenvolvimento do trato com os nativos, que em dado momento põe em dúvida a humanidade dessas pessoas. Por outro lado, o comércio e transporte de escravos africanos para a colônia encontrava outra justificativa, não menos violenta, aos olhos da igreja, era a possibilidade de conversão destes em terra estrangeira que longe de suas raízes tornar-se-iam permeáveis à influência cristã (ALENCASTRO, 2000, p. 182).

## 6 Onde está Maquiavel?

Esse esboço das atividades europeias nas terras encontradas durante o período de expansão territorial europeia, eufemisticamente chamado de grandes navegações, desde o despontar de uma mentalidade voltada para a descoberta, impulsionadas pela fantasia de herdade Greco-romana clássica, mostram não uma ação maquiavélica, no sentido que se construiu a noção do maquiavelismo atribuída ao pensador florentino, muito pelo contrário, o que se acredita tratar-se da efetivação de teorias maquiavelianas

são dentro de seu devido contexto referencial, parte essencial e integrante do *modus operandi* europeu.

Daí o argumento que sustento de que Maquiavel não estava, ao escrever o Príncipe, teorizando, no sentido entendido filosoficamente, de uma abstração filosófica capaz de formular compreensão do real facilitando o acesso a esse. Pelo contrário, a representação de Maquiavel enquanto pensador da teoria política original e genial nos faz crer na ausência de historicidade no estudo, do pensamento maquiaveliano. Mesmo um estudo histórico pode conter deslizes ao olhar atividades e mobilizações políticas desenvolvidas pelo Estado Moderno como ecos do pensamento maquiaveliano. Esse modo de observação impede de se observar e compreender as forças atuantes nas sociedades humanas que, como no desenvolvimento ideológico de nossas crenças e preferências tornam-se parte da própria mentalidade das sociedades. Essas forças tornam-se pela retificação e trato diário tanto o meio quanto objeto das ações sociais e suas coletividades.

Isso não significa que não haja uma relação entre o pensamento maquiaveliano e as práticas violentas maliciosas do modelo político ocidental, esse não é o ponto, e sim que essa relação se dá em sentido contrário, e não originária no pensamento descuidado e até certo ponto cortesão de Maquiavel.

Existe, e isso é inegável, uma relação entre o pensamento humano e nossas instituições, evidentemente, que remontam desde o momento em que nossos ancestrais aprenderam a caminhar sob duas pernas. As formações culturais humanas são devidamente construídas pela imaginação humana, o que faz com que boa parte de nossas instituições sejam desprovidas de existência concreta, pois sua existência é restrita ao imaginário, como é o caso da Instituição do Estado. O Estado, enquanto entidade real tangível, não existe. O que há, são nossas crenças na existência ordenadora capaz de fazer indivíduos desconhecidos cooperarem entre si (HARARI, 2020, p. 15-110). Do mesmo modo, o é a crença na justiça, liberdade ou qualquer outra fantasia que não possua materialidade própria, capaz de existir por si só sem a interferência humana. O que persiste desde sempre é a índole por dominação, e nesse sentido a imaginação humana não possui limites.

A violência manifestada pelo colonizador europeu não era uma novidade. Resultado de uma compreensão indevida, política e crime sempre andaram de mãos dadas, ou, como diria Mario Puzo, “A política e o crime são as mesmas coisas.”

Não é segredo todo o conjunto de práticas violentas exercidas pelos hebreus durante sua conquista da Palestina. Quando Moisés libertou os hebreus, segundo o texto sagrado, do Egito e os conduziu para Canaã, tinha conhecimento de que para conquistar seu objetivo precisaria muito mais do que o suporte de uma coluna de nuvem durante o dia e coluna de fogo durante a noite, ou até do maná. Era preciso que o elemento humano cooperasse, era preciso o uso da força por meio da violência direta contra os povos *pagãos* que habitavam a terra prometida<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Leia-se os livros de Êxodo, Josué, juízes e I e II Samuel. Esses textos canônicos abordam toda a trajetória hebraica, desde a saída do Egito liderada pelo patriarca Moisés até o estabelecimento na Palestina. Moisés foi um líder militar nato, e transmitiu, após ser impedido, segundo o relato bíblico, por Jeová de entrar na terra santa, seu legado para o jovem general Josué que logo de imediato, conquistou a cidade de Jericó, localizada a nordeste de onde seria construída a cidade de Jerusalém.

A violência em cooperação com forças divinas não foram uma prerrogativa Hebraica apenas. Pelo contrário. Homero *canta* o mesmo fenômeno durante a Guerra de Tróia, como uma batalha entre as divindades do Olimpo e seus heróis semideuses, humanos e outras criaturas; e sobre Atena ele canta, “aqui vim por instrução de Atena, para planejarmos a matança dos inimigos” (HOMERO, 2014, 437).

Na antiguidade, esse recurso ideológico não era ignorado, muito menos as bênçãos atribuídas a seus principais heróis e guerreiros pelo seu uso. Não é sem razão ou propósito que a respeito de Davi foi dito que “o Senhor estava com ele,” (I SAMUEL. Cp.16, vs. 18. BIBLIA SAGRADA, 1985).

Quando Esopo conta-nos suas fábulas, heróis anônimos e selvagens, quer seja por virtude ou malícia, nos revela um universo carregado pela violência, engano, rapacidade e tortuosidade. Suas fábulas, “por outro lado”, de acordo com a professora de letras clássicas da USP, Adriane Duarte, “terminam muitas vezes por revelar o que há de perturbador nesse universo em que a violência dos mais forte e uma ética mais vinculada ao senso prático imperam sobre valores ditos mais nobres” (ESOPO, 2013, p. 23).

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Rubim Santos Leão de. LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de. LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade para o feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2017.
- BIBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 1985.
- BURCKHARDT, Jacob Chirstoph. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAMÕES, Luiz Vaz. *Os Lusíadas*. São Paulo: Landmark, 2017.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Brasília: Editora Kiron, 2011.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2011. (Coleção lugar da história).
- ESOPO. *Fabulas completas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens, uma história da humanidade*. Porto Alegre, RS, 2020.
- HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A mandrágora: peça em 5 atos*. São Paulo: Peixoto Neto, 2004. – (Os grandes dramaturgos).
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Ediouro, 2002. (Clássicos Ilustrados).
- REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- THORNTON, John Kelly. *A África e o africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.